

CARACTERIZAÇÃO DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA ASSISTIDAS PELA PATRULHA MARIA DA PENHA DO ESTADO DE ALAGOAS

Elianara Kelly Vieira da Silva¹ (Modalidade, PROVIC-UNIT/AL), e-mail:
elianara.kelly@souunit.com.br

Wanneska Nogueira Andrade¹ (Modalidade, PROVIC-UNIT/AL), e-mail:
wanneska.nogueira@souunit.com.br

Ana Paula Miyazawa (Pesquisadora), e-mail: ana_miyazawa@souunit.com.br

Verônica Marques Teixeira¹ (Orientadora), e-mail: veronica_marques@al.unit.br

Centro Universitário Tiradentes¹/Programa de Pós-Graduação em Sociedade,
Tecnologias e Políticas Públicas/Alagoas, AL.

7.09.00.00-0 Ciência Política. 7.09.04.00-6 Políticas Públicas.

RESUMO: Introdução: A Lei Maria da Penha é um importante instrumento jurídico que direciona as políticas públicas de enfrentamento da violência contra a mulher, definindo mecanismos para prevenir, punir, coibir e erradicar a violência doméstica do cenário social brasileiro. A Patrulha Maria da Penha se constitui um desdobramento da Política Nacional de Enfrentamento a Violência contra a mulher que tem como cerne assegurar o cumprimento das medidas protetivas de urgência deferidas pelo Poder Judiciário e o efetivo combate a reincidência dos crimes tipificados na Lei Maria da Penha desenvolvidas através da iniciativa dos governos estaduais. O programa proporciona a efetiva proteção às vítimas que se encontram em estado de vulnerabilidade executando ações de prevenção à violência doméstica e familiar. **Objetivo:** Caracterizar as mulheres assistidas pela Patrulha Maria da Penha da Polícia Militar de Alagoas no cumprimento das medidas protetivas expedidas pelo Tribunal de Justiça do estado, bem como na prevenção e repressão dos casos de violência doméstica contra a mulher no período de janeiro de 2018 a abril de 2021. **Método:** Trata-se de um estudo descritivo, exploratório, de abordagem quantitativa realizado com dados fornecidos pela Patrulha Maria da Penha do estado de Alagoas no mês de maio de 2021. Os dados permitiram a caracterização das mulheres acompanhadas pelas equipes, considerando a faixa etária, estado civil, escolaridade, raça/cor, número de filhos com o agressor e profissão, bem como o tipo de agressão que motivou a Medida Protetiva. Ressalta-se que este estudo é parte integrante de uma pesquisa de doutorado na qual foram analisados, paralelamente, órgãos de diferentes áreas (justiça, segurança pública e saúde). **Resultados:** Verificou-se predominância de mulheres com faixa etária entre 31 e 41 anos (39,6%), solteiras (52,7%), com ensino médio completo (32,7%), de raça/cor parda (58,2%), com 1 a 2 filhos com o agressor (68,7%). 71,5% das mulheres trabalham fora de casa e 91,5% sofreram violência psicológica. A fiscalização do cumprimento das referidas medidas protetivas deferidas pelo Juizado de Violência Doméstica Contra a Mulher, conforme disposto na Lei Maria da Penha, são realizados

¹ Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Tiradentes – UNIT/AL.

através da atuação de guarnições mistas de Policiais Militares, cujas prioridades são os casos em que a mulher se encontre em maior condição de vulnerabilidade, em decorrência da situação de violência vivenciada. **Conclusão:** Observa-se que o perfil da mulher em situação de violência se assemelha ao da população socialmente excluída, o que denota a importância de políticas públicas que diminuam as desigualdades sociais.

Palavras-chave: Patrulha Maria da Penha, Violência contra a mulher; Violência doméstica

ABSTRACT: Introduction: The Maria da Penha Law is an important legal instrument that guides public policies to combat violence against women, defining mechanisms to prevent, punish, curb and eradicate domestic violence in the Brazilian social scenario. The Maria da Penha Patrol is an offshoot of the National Policy to Combat Violence against Women, whose core is to ensure compliance with urgent protective measures granted by the Judiciary Branch and to effectively combat the recurrence of crimes defined in the Maria da Penha Law. through the initiative of the state governments. The program provides effective protection to victims who are in a state of vulnerability, carrying out actions to prevent domestic and family violence. **Objective:** To characterize the women assisted by the Maria da Penha Patrol of the Military Police of Alagoas in compliance with the protective measures issued by the State Court of Justice, as well as in the prevention and repression of cases of domestic violence against women in the period from January 2018 to April 2021. **Method:** This is a descriptive, exploratory study with a quantitative approach carried out with data provided by the Patrol Maria da Penha in the state of Alagoas in May 2021. The data allowed the characterization of the women accompanied by the teams, considering the age group, marital status, education, race/color, number of children with the aggressor and profession, as well as the type of aggression that motivated the Protective Measure. It is noteworthy that this study is an integral part of a doctoral research in which bodies from different areas (justice, public safety and health) were analyzed in parallel. **Results:** There was a predominance of women aged between 31 and 41 years (39.6%), single (52.7%), with complete high school (32.7%), of mixed race/color (58, 2%), with 1 to 2 children with the aggressor (68.7%). 71.5% of women work outside the home and 91.5% have suffered psychological violence. The inspection of compliance with the aforementioned protective measures granted by the Court of Domestic Violence Against Women, as provided for in the Maria da Penha Law, is carried out through the work of mixed garrisons of Military Police, whose priorities are the cases in which the woman is in greater condition of vulnerability, due to the situation of violence experienced. **Conclusion:** It is observed that the profile of women in situations of violence is similar to that of the socially excluded population, which denotes the importance of public policies that reduce social inequalities.

Keywords: Patrol Maria da Penha, Violence against women; Domestic violence

Referências/references:

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/11340.htm

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p.: Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/pnpm/livreto-mulher.pdf>

SPANIOL, M. I. Patrulhas Maria da Penha: Análise dos avanços e desafios dos dois anos de implantação desta política pública de prevenção à violência de gênero, nos Territórios da Paz, em Porto Alegre. **Sistema Penal & Violência**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 30-48. 2015. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/21021>>. Acesso em: 17 Jul 2021.